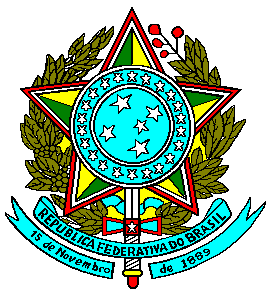
****

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**

MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

1. **DO OBJETO**
   1. Aquisição de material de consumo para distribuição a diversas delegacias, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. Tais materiais serão utilizados para a realização de testes preliminares de identificação de substâncias entorpecentes no âmbito desta Superintendência e de suas delegacias descentralizadas, *conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes, estabelecidas neste instrumento.*
   2. Orgão Gerenciador: Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Rio de Janeiro. Endereço: Av. Rodrigues Alves 01, Saúde, Rio de Janeiro/RJ.

| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **UN.** | **MÉDIA DE PREÇOS (R$)** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **UNITÁRIA** | **TOTAL** |
| 1 | Kit para identificação de substâncias entorpecentes proscritas contendo reagentes para realização de, no mínimo, 100 (cem) testes para cada uma das seguintes drogas: cocaína, maconha, heroína, metanfetamina e derivados. Prazo de validade de no mínimo 01 (um) ano. | 18 | 4.862,39 | 87.523,02 |
| 2 | Reagente ou conjunto de reagentes para teste preliminar de identificação de cocaína para realização de, no mínimo, 100 (cem) testes. Prazo de validade de no mínimo 01 (um) ano. | 4 | 680,58 | 2.722,32 |
| 3 | Reagente ou conjunto de reagentes para teste preliminar de identificação de maconha para realização de, no mínimo, 100 (cem) testes. Prazo de validade de no mínimo 01 (um) ano. | 4 | 665,09 | 2.660,36 |
| 4 | Reagente ou conjunto de reagentes para teste preliminar de identificação de metanfetamina e derivados para realização de, no mínimo, 100 (cem) testes.Referência HACH DRB200 ou similar. Prazo de validade de no mínimo 01 (um) ano. | 2 | 556,83 | 1.113,66 |
| 5 | Reagente ou conjunto de reagentes para teste preliminar de identificação de LSD para uso único. Prazo de validade de no mínimo 01 (um) ano. | 70 | 35,36 | 2.475,20 |
| 6 | Papel suporte para realização de testes preliminares de identificação de substâncias entorpecentes, caixa com 50 folhas. Prazo de validade de no mínimo 01 (um) ano. | 10 | 249,83 | 2.498,30 |
| 7 | Papel suporte para realização de testes preliminares de identificação de metanfetamina e derivados, caixa com 50 folhas. Prazo de validade de no mínimo 01 (um) ano. | 5 | 414,34 | 2.071,70 |
| **TOTAL GERAL** | | | | 101.064,56 |

* 1. Orgão Participante: 5º Superintendência de Polícia Rodoviária Federal / RJ. Endereço: Rodovia Presidente Dutra KM 163, Vigário Geral, Rio de Janeiro / RJ.

| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **UN.** | **MÉDIA DE PREÇOS (R$)** | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **UNITÁRIA** | **TOTAL** |
| 1 | Kit para identificação de substâncias entorpecentes proscritas contendo reagentes para realização de, no mínimo, 100 (cem) testes para cada uma das seguintes drogas: cocaína, maconha, heroína, metanfetamina e derivados. Prazo de validade de no mínimo 01 (um) ano. | 18 | 4.862,39 | 87.523,02 |
| 2 | Reagente ou conjunto de reagentes para teste preliminar de identificação de cocaína para realização de, no mínimo, 100 (cem) testes. Prazo de validade de no mínimo 01 (um) ano. | 10 | 680,58 | 6.805,80 |
| 3 | Reagente ou conjunto de reagentes para teste preliminar de identificação de maconha para realização de, no mínimo, 100 (cem) testes. Prazo de validade de no mínimo 01 (um) ano. | 10 | 665,09 | 6.650,90 |
| 4 | Reagente ou conjunto de reagentes para teste preliminar de identificação de metanfetamina e derivados para realização de, no mínimo, 100 (cem) testes.Referência HACH DRB200 ou similar. Prazo de validade de no mínimo 01 (um) ano. | 10 | 556,83 | 5.568,30 |
| 5 | Reagente ou conjunto de reagentes para teste preliminar de identificação de LSD para uso único. Prazo de validade de no mínimo 01 (um) ano. | 80 | 35,36 | 2.282,80 |
| 6 | Papel suporte para realização de testes preliminares de identificação de substâncias entorpecentes, caixa com 50 folhas. Prazo de validade de no mínimo 01 (um) ano. | 20 | 249,83 | 4.996,60 |
| 7 | Papel suporte para realização de testes preliminares de identificação de metanfetamina e derivados, caixa com 50 folhas. Prazo de validade de no mínimo 01 (um) ano. | 20 | 414,34 | 8.286,80 |
| **TOTAL GERAL** | | | | 122.660,22 |

* 1. DAS JUSTIFICATIVAS:
     1. DA NECESSIDADE E QUANTITATIVO DO OBJETO: Os reagentes descritos neste termo de referência são essenciais para a realização de exames preliminares de identificação de substâncias entorpecentes, etapa fundamental no combate ao tráfico de drogas. O quantitativo solicitado tem como objetivo atender as necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal no Rio de Janeiro e de suas Delegacias descentralizadas; e da 5º Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no Rio de Janeiro, de suas Delegacias descentralizadas e Unidades de Operações Policiais, pelo período de validade dos produtos.
     2. DA QUANTIDADE DE ORÇAMENTOS: Por se tratarem de produtos muito específicos para a realização de análises pouco usuais fora do âmbito das forças policiais, foi encontrado um único fornecedor no Brasil deste tipo de testes.
     3. Justifica-se a opção pela utilização do sistema de registro de preços devido a contingenciamento orçamentário, conforme entendimento expresso no parecer 125/2010/DECOR/CGU/AGU, e ao previsto no Art º 3, III do Decreto nº 7.892, de 2013, ou seja, “quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo”.

1. **– CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS**
   1. A natureza do objeto a ser contratado é comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.
2. – **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

**3.1** Conforme previsão da IN 01 SLTI/MPOG, de 19/01/2010, Capítulo III - Dos Bens e Serviços, art 5º, item III, Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e armazenamento.

1. **ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**
   1. O prazo máximo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única, no seguinte endereço Avenida Rodrigues Alves, 01 Centro – Rio de Janeiro/RJ.
   2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
   3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10(dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
   4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
      1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
   5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
2. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
   1. São obrigações da Contratante:
      1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
      2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
      3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
      4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
      5. efetuar o pagamento à Contratadano valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
   2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
3. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
   1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
      1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, Os itens 1, 2 e 3 deverão estar acompanhados do manual do usuário e com a relação da rede de assistência técnica autorizada;
      2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
      3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
      4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
      5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
      6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
   2. A Contratada estará obrigada ao cumprimento do prazo de, no mínimo, 12 (doze) meses de garantia para os produtos fornecidos (itens 1, 2 e 3), contados a partir do primeiro dia útil após a data do atesto definitivo dos mesmos.
4. **DA SUBCONTRATAÇÃO**
   1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
5. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
   1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
6. **CONTROLE DA EXECUÇÃO**
   1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
      1. A critério da Administração poderá ser nomeada comissão, de no mínimo 03 (três) representantes, designados pela autoridade competente, para efetuar o recebimento dos equipamentos objeto da presente licitação.
   2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
   3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
7. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
   1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
      1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
      2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
      3. fraudar na execução do contrato;
      4. comportar-se de modo inidôneo;
      5. cometer fraude fiscal;
      6. não mantiver a proposta.
   2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
      1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
      2. multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
      3. multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
         1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
      4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade Contratante, pelo prazo de até dois anos;
      5. impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
      6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
   3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:
      1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
      2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
      3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
   4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
   5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
   6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2014.

Chefe do NUCRIM/SETEC/SR/DPF/RJ